



**Santander Pensões, SOCIEDADE
GESTORA DE FUNDOS DE
PENSÕES, SA.**

**Relatório e Contas
Ano 2015**

**Fundo de Pensões Aberto
Reforma Empresas**



Índice

| | |
|--|----|
| I – Relatório de gestão | 3 |
| II - Demonstrações Financeiras | 9 |
| 1. Demonstração da Posição Financeira | 9 |
| 2. Demonstração de Resultados | 10 |
| 3. Demonstração de Fluxos de Caixa..... | 11 |
| III - Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados | 12 |
| 1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s) | 12 |
| 2. Alterações ocorridas em 2015 | 12 |
| 3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras.. | 13 |
| 4. Regime Fiscal | 14 |
| 5. Inventário dos Investimentos | 15 |
| 6. Riscos associados à carteira de investimentos | 16 |
| 7. Acréscimos e diferimentos | 18 |
| 8. Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos | 18 |
| 9. Contribuições..... | 18 |
| 10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos | 19 |
| 11. Outras despesas..... | 19 |
| IV - Certificação Legal das Contas..... | 21 |



I – Relatório de gestão

Relatório do Fundo Pensões Aberto Reforma Empresas

Enquadramento Macroeconómico

Economia Internacional

A economia mundial, em 2015, desacelerou face ao ano anterior, com um crescimento previsto apenas marginalmente acima de 3%, o ritmo mais lento desde a Grande Recessão. À semelhança do ano transato, a desaceleração resultou sobretudo da deterioração das condições económicas nas economias emergentes, não sem efeitos de contágio às economias desenvolvidas, em especial as que têm maiores volumes de comércio mundial com a China, como os EUA e o Japão.

A Reserva Federal dos EUA iniciou o ciclo de subida das taxas de juro de referência em Dezembro, com a subida da taxa dos Fed funds para 0,25%, depois de, em Setembro, ter mantido a política monetária inalterada, na sequência da maior volatilidade dos mercados acionistas observada durante o Verão. Esta foi a primeira subida das taxas de juro de referência desde 2008, e concretizou o primeiro ciclo de subida de taxas desde 2006.

No Japão, a atividade económica recuperou, após a estagnação registada em 2014, fruto de uma dinâmica mais favorável do consumo privado, assim como das exportações. O ritmo, contudo, continuou caracterizado por alguma volatilidade, associada ao processo de consolidação orçamental.

Na China, a desaceleração do crescimento económico, para 6,9% em 2015, alimentou expectativas de que esse processo pudesse ser mais pronunciado e a segunda maior economia mundial pudesse estar a caminhar para um cenário de “hard landing”, em especial porque alguns indicadores de curto prazo revelaram uma dinâmica mais adversa, na sua evolução face ao período homólogo.

Na zona euro, o PIB acelerou, com um crescimento de 1,6% no conjunto do ano, ligeiramente acima das expectativas de início do ano, em que terá havido um efeito positivo da política monetária não-convencional do BCE, em especial ao nível da confiança económica.

Nos primeiros meses, a generalidade dos mercados observou uma maior valorização, em antecipação às medidas expansionistas que o BCE viria a implementar a partir de Março. Os EUA foram a exceção, com a discussão recorrente sobre o início do ciclo de subida das taxas de juro de referência, assim como pela inesperada desaceleração da atividade económica no primeiro trimestre do ano.

No início do segundo semestre, as incertezas quanto à evolução da economia chinesa culminaram numa forte correção dos mercados, com desvalorizações pronunciadas que anularam os ganhos do início do ano, na Europa (e na China, já que durante todo o primeiro semestre os principais índices valorizaram de forma acentuada, apesar de já nesse período os dados económicos indicarem uma desaceleração da atividade).



No final do ano, a tendência de valorização seria retomada, com valorizações de 3,9% na Europa e 9% no Japão.

A generalidade das matérias-primas registou uma forte desvalorização ao longo do ano de 2015, num contexto de expectativas de abrandamento da economia mundial, em especial da China, que nos últimos anos tem sido o país responsável pelo maior crescimento da procura.

O petróleo foi a matéria-prima cuja descida de preço se tornou mais visível, desvalorizando para cerca de 35 dólares por barril no final do ano, o nível mais baixo desde 2004, ou seja, uma redução do preço de cerca de 40%.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa, em 2015, consolidou a trajetória de recuperação iniciada em meados de 2013, com o PIB a crescer 1,5%, acelerando face aos 0,9% registados em 2014, e após a contração acumulada de 6,8% observada entre 2010 e 2013.

No entanto, a dinâmica de crescimento não foi uniforme ao longo do ano, com o crescimento homólogo de cerca de 1,7% no início do ano e a desacelerar para cerca de 1,3% no último trimestre do ano, sobretudo devido a um abrandamento do investimento.

No conjunto do ano, o crescimento económico foi claramente suportado pela procura interna, em especial pelo consumo privado, já que as exportações líquidas tiveram um contributo negativo para o crescimento, como já tinha ocorrido em 2014.

A taxa de desemprego desceu para 12,2% no quarto trimestre de 2015, mantendo a tendência de redução iniciada no primeiro trimestre de 2013, mas verificando-se uma moderação do ritmo de descida, em linha com o abrandamento do crescimento económico, em especial do investimento.

A notação de risco da República foi revisto em alta pela agência Standard and Poors, para BB+ (um nível abaixo do nível de investment grade), com outlook estável. As demais agências mantiveram o rating inalterado.

Política de investimento

A carteira de valores do Fundo será constituída em obediência a critérios de segurança, rentabilidade e liquidez e dela farão parte um conjunto diversificado de aplicações, designadamente, ações, obrigações diversas, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial como integrantes do Fundo.

A política de investimento do Fundo será orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou a obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados.

Em regra, as aplicações do fundo serão realizadas com maior incidência em obrigações, tendo a Sociedade Gestora como objetivo selecionar os emitentes de acordo com certos padrões de risco.



No máximo 50% do valor do Fundo poderá ser aplicado em ações, Fundos de Ações, Futuros, nomeadamente sobre ações ou índices de ações e warrants autónomos, muito embora, em média, o investimento nestes ativos se situe nos 20%.

De forma acessória, o Fundo investirá em meios líquidos, como numerário e depósitos até ao limite de 15%.

O Fundo investirá essencialmente em ativos denominados em Euros, sendo que as aplicações expressas em outras moedas não poderão representar mais de 20%.

No final do período em análise, e tal como definido na sua política de investimento, o Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa apresentava cerca de dois terços da sua carteira na componente obrigacionista constituída por obrigações de taxa variável e de taxa fixa (aproximadamente 65% da carteira). A componente de maior risco (classe acionista com exposição ao mercado europeu e norte-americano) representava, indicativamente, cerca de 28% da carteira. Com o objetivo de diversificação, o Fundo em análise detinha no final de 2015, 7% de exposição ao mercado imobiliário.

Benchmark

Na gestão do Fundo, a Sociedade Gestora não utilizou nenhum parâmetro de referência, conforme definido no Regulamento de Gestão do Fundo.

Evolução dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

- Risco de Rendimento:
 - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
 - O fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro:
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e consequentemente do Fundo.



- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos activos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.

Gestão dos riscos materiais a que o Fundo se encontra exposto

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.

Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.

Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.

Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da modified duration do fundo.



Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.

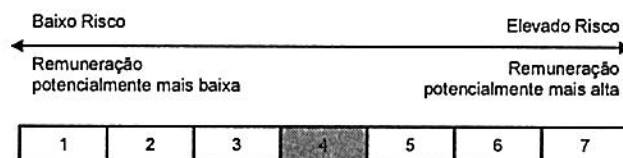
Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comitê de Compliance.

Performance

A rentabilidade e o risco do Fundo desde o exercício de 2010 foi a seguinte:

| Ano | Rendibilidade | Risco* | Classe de Risco |
|------|---------------|--------|-----------------|
| 2010 | 3,93% | 3,49% | 3 |
| 2011 | -2,53% | 6,27% | 4 |
| 2012 | 6,13% | 3,69% | 3 |
| 2013 | 6,00% | 3,54% | 3 |
| 2014 | 5,92% | 4,60% | 3 |
| 2015 | 2,22% | 5,23% | 4 |

Nota: As rentabilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor das unidades de participação pode aumentar ou diminuir em função do Indicador Sintético de Risco que varia entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo).



Comissões suportadas pelo Fundo e Participantes

Nos últimos 3 anos:

- Não houve alterações significativas ao nível dos custos suportados pelo Fundo nomeadamente custos de transação, taxa de supervisão e custos com o Revisor Oficial de Contas;
- Não houve alterações significativas nas comissões suportadas pelo Fundo



Evolução dos ativos sob gestão

O valor total dos títulos em carteira do Fundo, à data de 31 de dezembro de 2015, ascendia a 635 533€.

Valor da quota-parte do Fundo afeta

O valor total da carteira do Fundo é afeto à Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A em 60% e à Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros Vida, S.A em 40%.

Valor atual das responsabilidades passadas

O valor atual das responsabilidades passadas obtidas pelo cenário de financiamento era de 245 265€ por parte da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A.

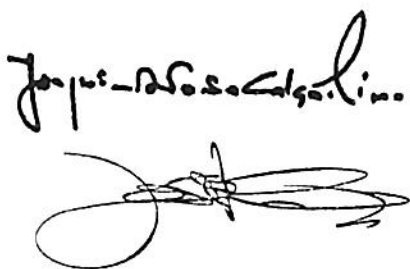
Nível de cobertura das responsabilidades passadas

O nível de cobertura das responsabilidades passadas identificadas no ponto anterior era de 163,78% por parte da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construção, S.A.

Eventos relevantes do Exercício

Para o período ocorrido entre o termo do exercício e o da elaboração do presente Relatório não existiu nenhum evento assinalável.

Lisboa, 18 de março de 2016





II - Demonstrações Financeiras

1. Demonstração da Posição Financeira

| Notas | DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 2015-12-31 | 2014-12-31 |
|---|--|----------------|----------------|
| | ATIVO | | |
| | Investimentos | | |
| | Terrenos e edifícios | - | - |
| 5 | Instrumentos de capital e unidades de participação | 219 994 | 229 878 |
| 5 | Títulos de dívida Pública | 390 519 | 321 858 |
| 5 | Outros títulos de dívida | 25 020 | 50 688 |
| | Empréstimos concedidos | - | - |
| | Numerário, depósitos em inst. crédito e apl. MMI | 50 916 | 61 757 |
| | Outras aplicações | - | - |
| | Outros ativos | | |
| | Devedores | - | - |
| | Entidade gestora | - | - |
| | Estado e outros entes públicos | - | - |
| | Depositários | - | - |
| | Associados | - | - |
| | Participantes e beneficiários | - | - |
| | Outras entidades | 59 | - |
| 7 | Acréscimos e diferimentos | 4 634 | 5 621 |
| | TOTAL ATIVOS | 691 142 | 669 802 |
| | PASSIVO | | |
| | Credores | - | - |
| | Entidade gestora | 2 172 | 1 308 |
| | Estado e outros entes públicos | 602 | 600 |
| | Depositários | - | - |
| | Associados | - | - |
| | Participantes e beneficiários | - | - |
| | Outras entidades | 8 802 | 6 000 |
| | Acréscimos e diferimentos | - | - |
| | TOTAL PASSIVO | 11 575 | 7 907 |
| VALOR DO FUNDO | | 679 567 | 661 895 |
| VALOR DA UNIDADE DE PARTICIPAÇÃO | | 11 | 11 |

**2. Demonstração de Resultados**

| Notas | DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS | 2015-12-31 | 2014-12-31 |
|-------|---|---------------|---------------|
| 8 | Ganhos líquidos dos investimentos | 9 826 | 37 276 |
| 8 | Rendimentos líquidos dos investimentos | 15 786 | 12 985 |
| 9 | Contribuições | 26 633 | 48 647 |
| 10 | Pensões, capitais e prêmios únicos vencidos | 23 841 | 34 086 |
| | Outros rendimentos e ganhos | - | - |
| 11 | Outras despesas | 10 731 | 14 826 |
| | Resultado líquido | 17 672 | 49 996 |



3. Demonstração de Fluxos de Caixa

| | 2015 | 2014 |
|---|-----------------|-----------------|
| Fluxos de caixa das actividades operacionais | | |
| Contribuições | | |
| Contribuições dos associados | 12 356 | 48 647 |
| Contribuições dos participantes/beneficiários | 14 276 | |
| Transferências | | |
| Pensões, capitais e prémios únicos vencidos | | |
| Pensões pagas | (23 841) | (34 086) |
| Prémios únicos para aquisição de rendas vitalícias | | |
| Capitais vencidos (Remições / vencimentos) | | |
| Transferências | | |
| Encargos inerentes ao pagamento de pensões e subsídios de morte | | |
| Prémios de seguros de risco de invalidez ou morte | | |
| Indemnizações resultantes de seguros contratados pelo fundo | | |
| Participação nos resultados dos contratos de seguro emitidos em nome do fundo | | |
| Reembolsos fora das situações legalmente previstas | | |
| Devolução por excesso de financiamento | | |
| Remunerações | | |
| Remunerações de gestão | (1 670) | (1 528) |
| Remunerações de depósito e guarda de títulos | (467) | (500) |
| Outros rendimentos e ganhos | - | 402 |
| Outras despesas | (4 329) | (5 843) |
| Fluxo de caixa líquido das actividades operacionais | (3 674) | 7 093 |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento | | |
| Recebimentos | | |
| Alienação / reembolso dos investimentos | 211 121 | 245 499 |
| Rendimentos dos investimentos | 16 526 | 11 893 |
| Pagamentos | | |
| Aquisição de investimentos | (234 967) | (308 801) |
| Comissões de transacção e mediação | (408) | |
| Outros gastos com investimentos | | |
| Fluxo de caixa líquido das actividades de investimento | (7 728) | (51 409) |
| Variações de caixa e seus equivalentes | (11 402) | (44 316) |
| Efeitos de alterações de taxa de câmbio | 561 | |
| Caixa no início do período de reporte | 61 757 | 106 072 |
| Caixa no fim do período de reporte | 50 916 | 61 757 |



III - Anexo à Demonstração da posição financeira e Demonstração de resultados

1. Identificação do Fundo, Associado(s), Adesões Coletivas e Entidade(s) Gestora(s)

O Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa, adiante designado por Fundo, foi constituído em 5 de novembro de 1996 e tem como Sociedade Gestora o Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA.

O Fundo é aberto, com duração indeterminada e é exclusivamente afeto à realização de planos de pensões e ao qual apenas é permitida a adesão coletiva.

Atualmente, as adesões coletivas em vigor são: Totta Urbe - Empresa de Administração e Construção, SA e Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, SA), cujas condições passamos a descrever resumidamente de seguida:

- Santander Totta Seguros: O Plano de Pensões da Santander Totta Seguros encontra-se consubstanciado no Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) da atividade seguradora publicada no Boletim de Trabalho e Emprego – 1ª Série – nº2 15 de janeiro de 2013, abrangendo apenas os trabalhadores do Associado que se encontrem previstas no referido CCT, o qual passou, a partir da data de entrada em vigor (acima mencionada) a ser constituído sob a forma de Contribuição definida.
- Totta Urbe: O Plano de Pensões Totta Urbe não se encontra consubstanciado em nenhum contrato coletivo. Este Plano de Pensões não prevê contribuições dos participantes. Ao abrigo deste Plano são atribuídas, à generalidade dos colaboradores no ativo, pensões de reforma por velhice. As principais regras que regem o Fundo são as seguintes:
 - *Elegibilidade: Todos os colaboradores efetivos;*
 - *Salário pensionável: Salário final à data de reforma ou a mais alta qualificação atingida;*
 - *Tempo de serviço pensionável: Número completo de anos e meses ao serviço da Empresa até à data de reforma;*
 - *Idade normal de reforma: Idade legal de reforma estipulada pela Segurança Social;*

2. Alterações ocorridas em 2015

No exercício de 2015 foram formalizadas alterações às adesões coletivas por parte do associado Totta Urbe (nomeadamente no que respeita à especificação do universo dos trabalhadores abrangidos pelo plano de pensões) e do associado Totta Seguros através da alteração integral ao contrato de adesão coletiva, tendo por base as alterações ao CCT da atividade seguradora publicado no BTE nº2 de 15 de Janeiro de 2012, que prevê a atribuição de uma contribuição inicial aos trabalhadores no ativo a 1 de Janeiro de 2012 que estavam abrangidos pelo anterior CCT.



3. Políticas Contabilísticas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras

A contabilização dos valores do Fundo de Pensões observa o disposto na Norma Regulamentar n.º 12/95 - R de 6 de julho de 1995 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões com as alterações introduzidas pelas Normas Regulamentares 12/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 8/2002 - R de 7 de Maio de 2002, 10/2002 - R de 7 Maio de 2002 e 7/2007 - R de 17 de Maio de 2007, as quais preveem os princípios contabilísticos, dentre os quais se destacam os seguintes:

- Os valores contabilizados em Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo correspondem às operações verificadas no período que decorre entre duas datas aniversárias consecutivas, que correspondem a 31 de dezembro de cada ano.
- Os saldos das contas de Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo são transferidos para a conta Valor do Fundo na data aniversária;
- As contribuições a contabilizar na respetiva conta de Acréscimos ao valor do Fundo devem ser as efetivamente recebidas;
- Os juros de títulos de rendimento fixo adquiridos, mas não recebidos, são especializados a cada fecho de carteira;
- Não são contabilizados como rendimentos os juros cujo recebimento seja considerado duvidoso, assim como quaisquer juros já vencidos cujo pagamento se encontre suspenso;
- A contabilização dos ganhos e perdas resultantes da alienação ou reembolso ou da avaliação das aplicações é efetuada pela diferença entre o produto da venda do investimento ou da sua cotação, e o valor pelo qual se encontra contabilizado. Estas operações são registadas nas rubricas Acréscimos e Decréscimos ao valor do Fundo. Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério Custo médio ponderado.

Carteira de títulos

As compras de títulos são registadas na data da transação, pelo valor efetivo de aquisição.

A avaliação dos ativos que compõem o património do Fundo respeita o previsto na Norma Regulamentar n.º 9/2007 - R de 28 de junho de 2007, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (a) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (b) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentar. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida.



- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (a) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas, (b) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo sector económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado e (c) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise fundamental e na metodologia do desconto dos fluxos financeiros subjacentes.
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que no entender da Sociedade Gestora melhor reflita o seu presumível valor de realização. Essa cotação será procurada em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA – *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Sociedade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Sociedade Gestora.

Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros são valorizadas periodicamente com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos, realizados ou potenciais, reconhecidos como proveito ou custo nas rubricas “Ganhos ou Perdas em operações financeiras”.

A margem inicial é registada na rubrica “Outras contas de devedores”. Os ajustamentos de cotações são registados diariamente em contas de acréscimos e diferimentos do ativo ou do passivo e transferidos no dia seguinte para a conta de depósitos à ordem associada.

Operações em moeda estrangeira

Os ativos em moeda estrangeira são convertidos para euros com base no câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal na data de encerramento do balanço, sendo os ganhos e perdas resultantes da reavaliação cambial registados como proveitos e custos do exercício, respetivamente.

4. Regime Fiscal

Os rendimentos de Fundos de Pensões são isentos de IRC e imposto municipal sobre transações, conforme definido pelo Art.º 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Nas situações em que ocorre retenção na fonte de IRC, as entidades isentas devem:

- Tratando-se de operações de compra e venda de obrigações, devem ser registadas individualmente, operação a operação, numa conta corrente com o Estado, em que se releve a débito o imposto retido na fonte por terceiros sobre os juros decorridos das obrigações adquiridas e a crédito o imposto retido pela entidade isenta sobre os juros decorridos das obrigações alienadas. O saldo desta conta será regularizado trimestralmente mediante a sua entrega ao Estado, quando credor, ou compensado, quando devedor, nas entregas do imposto retido a efetuar pela entidade isenta nos períodos subsequentes;



- Tratando-se de IRC relativo a Unidades de Participação em Fundos de Investimento Mobiliário, a entidade isenta deve registar em rubrica própria, a débito, o valor do imposto correspondente ao número de Unidades de Participação detidas, por contrapartida da rubrica Receitas de avaliação e alienação de aplicações. O saldo a débito será regularizado aquando do pagamento dos rendimentos respeitantes a estas Unidades de Participação.

5. Inventário dos Investimentos

A carteira do Fundo é composta e 31 de dezembro de 2015 por Títulos de Dívida num total de 415 539 euros (que representam cerca de 65% da carteira) e Unidades de Participação, num total de investimentos de 219 994 euros.

Foram ainda registados juros decorridos de obrigações no valor de 4 586 euros. Na rubrica Acréscimos e diferimentos (Ativo) para além deste montante inclui ainda a especialização de montantes a receber pelo Fundo a título de *Kick Backs* no valor global de 48 euros.

A carteira de investimentos em ativos a esta data decompõe-se da seguinte forma:

| Descrição dos títulos | Preço Aquisição | Mais Valia | Menos Valia | Valor Carteira | Juros Decorridos |
|---|-----------------|---------------|----------------|----------------|------------------|
| Instrumentos de capital e unidades de participação | | | | | |
| Fundos Investimento Mobiliário | | | | | |
| Sant.Acções Europa | 15 205 | 646 | - | 15 851 | - |
| Sant.Acções América | 58 037 | 4 802 | - | 62 839 | - |
| Sant.Acções Portugal | 6 717 | 552 | - | 7 269 | - |
| BGF-€ Mark Fund-ED2 | 8 992 | 2 073 | - | 11 064 | - |
| INVECO-BL RISK AL-C | 16 622 | - | (586) | 15 935 | - |
| ISHARES SP500 ETF \$ | 12 767 | 65 | - | 11 787 | - |
| LYXOREST.50(DR)UC.FC | 30 314 | 1 231 | - | 31 545 | - |
| AMUNDI ETF S&P 500 | 9 070 | 90 | - | 8 414 | - |
| SPDR TRUST SERIES 1 | 12 892 | - | (212) | 11 647 | - |
| | 170 615 | 9 459 | (898) | 176 351 | - |
| Fundos de Investimento Imobiliário | | | | | |
| FII - Imosocial | 22 803 | - | (707) | 22 096 | - |
| FII F Imosaúde | 2 090 | - | (132) | 1 958 | - |
| Fundo Lusimovest | 14 809 | - | - | 14 809 | - |
| Imp.Ret. Lusimovest | 2 068 | 80 | - | 2 148 | - |
| Imp.Ret. Imosaúde | - | 210 | - | 210 | - |
| Imp.Ret. Imosocial | - | 2 423 | - | 2 423 | - |
| | 41 769 | 2 713 | (839) | 43 643 | - |
| Total Instrumentos de capital e unidades de participação | 212 384 | 12 172 | (1 737) | 219 994 | - |
| TÍTULOS DE DÍVIDA | | | | | |
| Titulos de dívida Pública | | | | | |
| PGB 3.85% 15/04/2021 | 12 838 | - | (453) | 12 385 | 302 |
| PGB 4.2% 15/10/2016 | 44 770 | - | (1 395) | 43 375 | 376 |
| SPGB 4,3% 31/10/19 | 92 141 | - | (479) | 91 662 | 583 |
| SPGB 3,8% 30/4/24 | 29 931 | - | (587) | 29 345 | 639 |
| BTPS 4.5% 1/2/18 | 88 760 | - | (1 387) | 87 373 | 1 497 |
| BTPS 5.5% 1/9/22 | 52 595 | - | (1 140) | 51 455 | 737 |
| BTPS 2.35% 15/9/24 | 76 128 | - | (1 203) | 74 926 | 453 |
| | 397 163 | - | (6 644) | 390 519 | 4 586 |
| Outros titulos de dívida | | | | | |
| TECFP 0,5% 1/1/2016 | 24 975 | 45 | - | 25 020 | - |
| | 24 975 | 45 | - | 25 020 | - |
| Total de Títulos de Dívida | 422 138 | 45 | (6 644) | 415 539 | 4 586 |
| Total Carteira de Títulos | 634 523 | 12 217 | (8 382) | 635 634 | 4 586 |

O valor apresentado correspondente às mais e menos valias potenciais dos títulos em carteira respeitam ao seu apuramento desde a data de aquisição dos mesmos.



6. Riscos associados à carteira de investimentos

Exposição e Origem do Risco

- Risco de Rendimento
 - O Fundo não apresenta garantia de rendibilidade;
 - O Fundo está sujeito ao risco associado aos ativos que integram a sua carteira, variando o seu valor em função desse facto. O Fundo está sujeito, na sua componente obrigacionista, ao risco de taxa de juro de curto e de longo prazo. Adicionalmente o fundo está sujeito ao risco de crédito e financeiro.
- Risco de Crédito
 - Como risco de crédito entende-se a capacidade financeira dos emitentes das obrigações que integram o património do Fundo para satisfazer os compromissos financeiros daí decorrentes.
- Risco de Taxa de Juro
 - Os preços das obrigações que integram a carteira do fundo variam em sentido contrário ao da variação das taxas de juro. Desta forma, caso se verifique uma subida das taxas de juro, os preços das obrigações detidas pelo fundo sofrerão uma desvalorização e o valor do Fundo registará uma diminuição, tendo no entanto um efeito positivo na remuneração do reinvestimento do cupão. Inversamente, uma descida das taxas de juro determinará uma valorização das obrigações e conseqüentemente do Fundo.
- Risco Financeiro
 - Como risco financeiro entende-se: risco de variação de preços dos ativos que compõem a carteira; risco de variação das taxas de juro de curto prazo ou de longo prazo que se traduz em risco de reinvestimento dos fundos em cada momento aplicados; risco de flutuações cambiais, que se traduz em alterações no valor das posições em moeda estrangeira, quando convertidas em euros.
- Risco Liquidez
 - Entenda-se como liquidez não o nível de cash que os fundos devem ter, mas sim a capacidade do Fundo em vender os ativos que detém em carteira de uma forma célere e com o mínimo impacto material.
- Risco Fiscal
 - Uma alteração adversa do regime fiscal poderá diminuir a remuneração potencial dos ativos fundo.
- Risco de conflitos de interesse
 - O Fundo poderá adquirir emissões de entidades que fazem parte do mesmo grupo económico da Sociedade Gestora, o qual tem o Banco Santander como entidade dominante.



Objetivos, Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco. Métodos de Mensuração de Risco

A gestão dos riscos está sob primeira responsabilidade da Administração da Santander Pensões a quem compete a definição da estratégia e do perfil de risco adequado. A aplicação concreta da estratégia definida e a manutenção da atividade dentro do perfil de risco, competem a diversas áreas e a todos os níveis da estrutura, tanto numa perspetiva global como dentro de cada área de atividade.

Foram aprovados em Comité de Riscos da Santander Pensões os seguintes manuais: Manual de Controlo de Crédito, Manual de Controlo de Riscos de Mercado e Performances, Manual de Controlo de Risco Operacional, onde estão descritos os métodos para mensurar os diferentes tipos de riscos, nomeadamente os seguintes:

- Risco de Liquidez – É analisada a posição dos ativos dos fundos distribuídos por classe de ativos, ordenadas por critérios de liquidez, incorporando a informação sobre os ativos não líquidos da carteira de acordo com o procedimento de controlo da liquidez das carteiras.
- Performance & Benchmarking – É analisada a rentabilidade do Fundo e respetiva comparação com a concorrência.
- Risco de Crédito – Estabelecimento e seguimento dos limites de crédito por contraparte, assim como do rating médio da carteira. São acompanhados eventuais excessos e definidas medidas corretivas, assim como a concentração do património por tipo de ativos.
- Risco de Mercado – É reportado o acréscimo de perda potencial máximo por uso de derivados nos fundos mobiliários vigiando por que todos os valores estejam dentro dos limites definidos e limites legais. É igualmente reportada e seguida a evolução da *modified duration* do fundo.
- Risco Operacional - Análise do número de erros mensais e do impacto em custos devido a erros operacionais.
- Risco Regulamentar – São reportados eventuais excessos e medidas de regularização, assim como a síntese de cumprimento das diversas obrigações legais e regulamentares que são acompanhadas detalhadamente no Comité de Compliance.

Análise de sensibilidade

Com base na carteira a 31 de dezembro de 2015 fomos calcular o impacto, medido em pontos base (pb), no valor do Fundo das seguintes variações de mercado:

- Variações de 15% na taxa de câmbio EUR/USD;
- Variações de 30% no mercado acionista;
- Variações de 10% no mercado imobiliário;
- Variações de 100 pb nos spreads de crédito;



- Variações paralelas de 100 pb na curva de rendimentos.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

| Impacto no Fundo | Alteração Taxa de câmbio EUR/ USD | | Alteração Preço Acções | | Alteração Preço Mercado Imobiliário | | Alteração Spreads Crédito | | Deslocação Paralela Taxas de Juro | |
|------------------|-----------------------------------|------|------------------------|-------|-------------------------------------|------|---------------------------|----------|-----------------------------------|----------|
| | 15% | -15% | 30% | -30% | 10% | -10% | 100 pb | (100) pb | 100 pb | (100) pb |
| | 2015 | (70) | 70 | 708 | (708) | 57 | (57) | 3 | (3) | (182) |
| 2014 | (65) | 65 | 777 | (777) | 60 | (60) | - | - | (132) | 132 |

7. Acréscimos e diferimentos

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

| Descrição | | 31.12.15 | 31.12.14 |
|---------------------------|--------|--------------|--------------|
| Juros Carteira de títulos | Nota 5 | 4 586 | 5 556 |
| Depósitos à ordem | | 1 | 0 |
| Kick Backs | | 47 | 65 |
| TOTAL | | 4 634 | 5 621 |

8. Ganhos líquidos dos investimentos e Rendimentos líquidos dos investimentos

Os quadros seguintes sintetizam, por categoria de investimento, os Rendimentos líquidos dos investimentos e os Ganhos líquidos dos investimentos reconhecidos durante o ano 2015.

| Rendimentos líquidos dos investimentos | Ganhos | | Rendimentos | 31.12.15 | 31.12.14 |
|--|---------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| | Mais Valia | | | | |
| | Potencial | Realizada | | | |
| Títulos de dívida | 45 | 1 143 | 14 237 | 15 425 | 30 543 |
| Depósitos | - | - | 0 | - | 3 |
| Derivados | - | 4 276 | - | 4 276 | 4 391 |
| Unidades de Participação | 12 160 | 3 219 | 1 549 | 16 926 | 20 271 |
| Total | 12 205 | 8 637 | 15 786 | 36 628 | 55 209 |

| Gastos e Perdas | Perdas | | Gastos | 31.12.15 | 31.12.14 |
|--------------------------|--------------|--------------|----------|---------------|--------------|
| | Menos Valia | | | | |
| | Potencial | Realizada | | | |
| Títulos de dívida | 6 644 | 1 652 | - | 8 296 | 2 506 |
| Derivados | - | 1 000 | - | 1 000 | 812 |
| Unidades de Participação | 1 720 | - | - | 1 720 | 1 631 |
| Total | 8 364 | 2 652 | - | 11 016 | 4 949 |

9. Contribuições

No exercício de 2015 foram transferidos para o Fundo, a título de contribuições, o montante global de 26 633 euros, o que representa um decréscimo de cerca de 22 014 euros face ao registado no exercício anterior, conforme se apresenta:

Relato Financeiro referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015



| Contribuições | 31.12.15 | 31.12.14 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Contribuições Associados | | |
| Totta Urbe | 1 649 | 35 000 |
| Santander Totta Seguros | 21 019 | 13 647 |
| Transferência (individuais) | 3 965 | - |
| Total | 26 633 | 48 647 |

10. Pensões, capitais e prémios únicos vencidos

Foram pagos benefícios no valor de 23 841 euros, o que representa um decréscimo face ao ano anterior. O valor mensal até 31.12.2014 ascendia a 2 662,01 euros. A partir do dia 01.01.2015 o valor pago mensalmente passou a ser de 1 768,25 euros.

| Período | Pensões Pagas |
|----------|---------------|
| 31.12.15 | 23 841 |
| 31.12.14 | 34 086 |

11. Outras despesas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

| Descrição | 31.12.15 | 31.12.14 |
|--|---------------|---------------|
| Outras Despesas | | |
| Comissões de Gestão e de depósito | | |
| Comissões de Gestão e de depósito | 3 001 | 2 702 |
| Comissão Administrativa | 196 | - |
| Estudo Atuarial | 5 864 | 11 842 |
| Custos Auditoria | 1 267 | - |
| EMIR | 202 | 4 |
| | 10 529 | 14 548 |
| Comissões de Mediação | | |
| | 202 | 278 |
| Total | 10 731 | 14 826 |

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, cabe a este o encargo da entrega das comissões definidas no respetivo Regulamento de Gestão do Fundo.

Assim, o quadro seguinte sintetiza o total das comissões pagas durante o exercício de 2015, bem como o método de cálculo definido no respetivo regulamento.



| Comissão | Método de Cálculo | 31.12.15 | 31.12.14 |
|-----------------|--|-----------------|-----------------|
| Gestão | 0,021% (anual) do valor do Fundo, paga mensalmente | 1 700 | 1 553 |
| Depósito | 0,015% (anual) do valor do Fundo, paga mensalmente | 1 301 | 1 149 |
| | TOTAL | 3 001 | 2 702 |



IV - Certificação Legal das Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Decreto-Lei nº 12/2006 de 20 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 180/2007 de 9 de maio e pelo Decreto-Lei nº 124/2015 de 7 de julho, examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa**, gerido pela Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, as quais compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de ativo de 691 142 euros, um valor do Fundo de 679 567 euros e um resultado líquido de 17 672 euros), a Demonstração de resultados e a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA:
 - a preparação de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Fundo, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa;
 - a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados, atentas as especificidades dos Fundos de Pensões;
 - a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - o adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis a Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; e
 - a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



RUA TOMÁS DA FONSECA, CENTRO EMPRESARIAL TORRES DE LISBOA, TORRE G – 5º, 1600 -209 LISBOA, PORTUGAL

TEL.: + 351 21 721 01 80 - FAX: + 351 21 726 79 61 - E-MAIL: MAZARSLISBOA@MAZARS.PT

RUA DO CAMPO ALEGRE, 830, 3º – 514, 4150-171 PORTO, PORTUGAL

TEL.: + 351 22 605 10 20 - FAX: + 351 22 607 98 70 - E-MAIL: MAZARSporto@MAZARS.PT

MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA

INSCRIÇÃO Nº 51 NA OROC – REGISTADA NA CMVM SOB O Nº 1254 – CRC LISBOA - NIPC 502 107 251 – CAPITAL SOCIAL 150.000,00 €

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração da sociedade gestora, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a verificação do adequado cumprimento das Normas Regulamentares aplicáveis aos Fundos de Pensões, emitidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do **Fundo de Pensões Aberto Reforma Empresa**, gerido pela sociedade gestora Santander Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões e com as Normas da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 28 de março de 2016



MAZARS & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, SA
Representada pelo Dr. Henrique José Marto Oliveira - ROC nº 961